Operação Lince condena quatro delegados e seis agentes

Três anos e meio depois de deflagrada a Operação Lince, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região confirmou mais três condenações contra o delegado federal Wilson Alfredo Perpétuo, ex-delegado adjunto da Polícia Federal em Ribeirão Preto. As penas aplicadas a Perpétuo somam quase 74 anos de prisão.

Além de Perpétuo, mais quatro delegados federais foram investigados e três deles: José Bocamino (ex-chefe da Polícia Federal em Ribeirão), César Valdemar dos Santos Dias e Abmaílson dos Santos Oliveira receberam penas superiores a 10 anos de prisão e perderam os cargos públicos.

Seis agentes federais também já foram condenados a prisão e cinco deles também perderam o cargo: Antonio Francisco Pedro Rolo, Carlos Alberto Guimarães Júnior, Antonio Sergio Cravo, Emerson Yukio Ide e Edison Damião. O Balanço da Operação Lince foi divulgado, nesta terça-feira (11/12) pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria da República no estado de São Paulo e pela Procuradoria da República no Município de Ribeirão Preto.

Todos os 21 processos que competiam à Justiça Federal de Ribeirão Preto já foram julgados em primeira instância e a maior parte das condenações já foi confirmada pelo TRF-3. Dois processos tramitam fora de Ribeirão Preto: o ex-delegado, Bocamino, é réu num processo de garimpo ilegal na área da reserva Roosevelt, em Rondônia, e responde por crime financeiro na 2ª Vara Federal (especializada) de São Paulo. Ainda não houve condenações nestes dois casos.

A operação

A Operação Lince foi deflagrada no dia 23 de junho de 2004, mas as investigações começaram em 2002, quando delegados da PF procuraram o Ministério Público Federal para fazer denúncias envolvendo a própria polícia.

Segundo a denúncia, os delegados relataram achaques, doações ilícitas e a atribuída propriedade de empresas de segurança por Bocamino e outros delegados e agentes federais, o que é proibido.

O MPF requisitou informações formalmente Bocamino, que pediu mais prazo para enviar as informações e, segundo o MPF, ameaçou, veladamente, dois procuradores, citando o caso do delegado correicional da PF, Alcioni Serafim de Santana, que foi morto a mando do delegado Carlos Leonel da Silva Cruz, justamente por investigar o colega.

Após a ameaça, o procurador-geral da República da época, Geraldo Brindeiro, pediu a abertura de uma investigação e proteção policial aos procuradores. Ambos os casos foram arquivados, mas, no ano seguinte, o setor de inteligência da Polícia Federal foi até Ribeirão e requisitou à Justiça Federal a abertura de uma investigação sigilosa, que resultou na operação, deflagrada um ano e meio depois.

O Setor de Coordenação de Ações de Inteligência da Polícia Federal demonstrou indícios de que os delegados Perpétuo, Bocamino e Dias, mais os agentes Chico Rolo e Santana estariam usando os seus

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

cargos para a prática de diversos crimes, tendo como principal intermediário o advogado Fauzi José Saab Júnior.

A Operação, além de confirmar as suspeitas sobre a quadrilha que operava na delegacia, trouxe novas provas de que os policiais, se aproveitando do cargo, praticariam crimes como formação de quadrilha armada, concussão, corrupção ativa e passiva, operação de instituição financeira clandestina, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, violação do sigilo funcional, extração ilegal de minérios e porte ilegal de arma de fogo, que geraram 23 processos.

Para o procurador da República Uendel Domingues Ugatti, um dos que atuou no caso, o controle externo da PF pelo MPF é fundamental no combate ao crime.

Date Created
11/12/2007

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.